



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL (CBH - LS)

Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Sul CBH-LS – 2023

Aos oito dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às 14h, na Aruanã Pousada (Auditório Caapuã), na Avenida Beira Mar, 2006 – Praia de Carapibus - Conde/PB, realizou-se a 1ª **Reunião Extraordinária** do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Sul, do ano de 2023, no formato presencial, para deliberar sobre a seguinte pauta: 1. Abertura da reunião; 2. Aprovação da ata da reunião anterior; 3. Informes; 4. Apresentação e deliberação do Relatório de Atividades 2022 e Plano de Trabalho 2023; 5. Palavra facultada; 6. Oficina Construção de Cenários da Elaboração do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Litorâneas – Litoral Sul (Empresa Água e Solo). Após a verificação de quórum, a **Sra. Maria Edelcides Gondim de Vasconcelos** (Presidente do CBH-LS) abriu a reunião desejando boas-vindas a todos e passou ao **item 2. Aprovação da ata da reunião anterior** - lembrou que a mesma foi enviada, anteriormente, por e-mail, para leitura e contribuição dos membros, como não houve registro a **Sra. Maria Edelcides** perguntou se todos concordavam com o teor da minuta da Ata e a mesma foi aprovada com algumas alterações e seguiu-se ao **item 3- Informes da Diretoria** - a **Sra. Maria Edelcides** fez uma retrospectiva sobre o Procomitês que está no 5º ano de fortalecimento dos Comitês (R\$ 50.000,00 por cada Comitê) para uso em cima de ações e pontuações sobre estruturação e organização dos Comitês (atas, realização das reuniões e etc.). O Procomitês está sendo extinto, esta é a última certificação. Após essa aprovação do Relatório de Atividades e do Plano de Trabalho, ambos serão encaminhados para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, até o dia 25/03/2023. O **Sr. Porfírio Loureiro (Presidente da AESA)** disse na reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos que a AESA vai criar um Procomitês com recurso próprio. Outro informe é sobre o I Simpósio Paraibano de Recursos Hídricos que acontecerá no período de 22 a 24 de março próximo, no auditório da ASPLAN, Av. Rodrigues de Aquino, 267, Centro, nesta Capital e será amplamente divulgado nas redes sociais. Lembrou que na última reunião teve a apresentação do **Observatório da Governança das Águas-OGA**, onde consta uma série de indicadores de governança a serem acompanhados e é necessário a criação de um grupo de trabalho com os membros deste Comitê para acompanhar esses indicadores através de uma planilha (atendeu totalmente, parcialmente ou não atendeu e etc.) é uma autoavaliação de como se está trabalhando neste Comitê. Foi aprovada uma declaração de Adesão ao OGA e a mesma será enviada para o **Sr. Ângelo Lima (Observatório da Governança das Águas)**. Como outros Comitês fazem parte da Governança, então se verá melhor como está a dinâmica da Governança em geral. Em reunião anterior, houve sugestões do **Sr. Breno Andrade (Associação Conde Orgânico)** que se incorpora a questão da agrofloresta, inclusive se prontificou com a ONG dele para ajudar, o **Sr. Ronilson José da Paz (representante do IBAMA)** sugeriu incluir na legislação as áreas de proteção ambiental e também que tivesse um projeto Executivo para identificar melhor o que é que a Prefeitura quer em valores e o que se está sendo solicitado do recurso da cobrança. A **Sra. Ana Cristina (1ª Secretária Geral do CBH-LS)** disse que ficou acordado que para diagnóstico do OGA será realizada uma reunião só para isso, com preenchimento de formulário. Esta reunião é para trabalhar o Plano de Bacias Hidrográficas. Lembrou que a reunião com o **Sr. Joacy Mendes (Diretor Administrativo Financeiro da**

45 **AESA**) para resolver os gargalos/pendências do fundo estadual de recursos hídricos iria ocorrer
46 no Encontro Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o que não aconteceu presencialmente
47 devido aos crescentes casos de Covid naquele momento. O **Sr. José Marinho (representante**
48 **da SEDAP)**, reportando-se a Reunião de Alhandra, disse que não ficou bem esclarecido quando
49 ele levantou a questão da recuperação de nascente em Alhandra, e que a AESA perguntou se
50 existia o projeto, e o **Sr. Edielson Nunes dos Santos (representante Prefeitura de Alhandra)**
51 respondeu que o Projeto estava pronto e o encaminhamento seria via Comitê. A **Sra. Maria**
52 **Edelcides** disse que, a sugestão do Comitê foi sair um projeto executivo com inclusões (sugeridas
53 pelo Sr. Breno e Sr. Ronilson) e seguir os mesmos passos dos procedimentos feitos pela a
54 Prefeitura de Pitimbu. O **Sr. José Marinho** disse que se houve esse trâmite do interessado
55 (Prefeitura, representante ou Comitê) e foi entregue a AESA e na época, o que suscitou a entrega
56 desse projeto é porque foi dito naquela reunião que existia recurso disponível. O fato é que já
57 demanda mais de seis meses e não houve resposta a esse respeito. A **Sra. Maria Edelcides** disse
58 que é preciso ver como foi feito esse Termo de Cooperação de Pitimbu. O **Sr. Francisco Carlos**
59 **F. Pinheiro (Prefeitura de Pitimbu)**, disse que esteve na AESA conversou com a Diretoria da
60 AESA, expôs toda a situação e disse que queria fazer um Termo de cooperação para a AESA os
61 ajudar. Ele mesmo redigiu o termo, encaminhou para a AESA, e a mesma solicitou que fosse
62 retirado apenas a questão do dinheiro para não ir para eles (Prefeitura). Feito isso, a Prefeita foi
63 na AESA e assinaram o Termo, e a AESA já está realizando o serviço. O **Sr. Marinho** perguntou
64 porque esse café com a AESA ainda não foi marcado para tratar esse assunto. A **Sra. Maria**
65 **Edelcides** disse que a última reunião aconteceu em novembro/2022, dezembro e janeiro ficou
66 parado pelos acontecimentos de final de exercício, está lembrando, para que possam retomar
67 os compromissos pendentes. A **Sra. Betânia (Gerente de Cobrança da AESA)** disse que esse
68 processo de Pitimbu teve início com o termo de uma parceria para regularização de outorga,
69 inclusive foi feito uma capacitação com o pessoal de Pitimbu para ajudarem as pessoas/usuários
70 daquela região que não possuem acesso à internet, ou não sabem fazer o acesso quando da
71 solicitação de requerimento de outorgas, além da questão de conscientização/sensibilização da
72 Comunidade. O **Sr. Francisco de Sousa (Gerente de Bacias do Litoral da AESA)** disse que
73 esse Termo de Cooperação Técnico foi específico para a Bacia Hidrográfica do Rio Mucatu, é
74 um projeto de parceria, tem as demandas que são da Prefeitura, tais como a questão ambiental,
75 compete a ela os técnicos de meio ambiente, de turismo, a SUDEMA não foi envolvida nesse
76 primeiro momento, mas também tem situação de competência da SUDEMA. Compete a AESA
77 a questão da regularização dos usos, dos barramentos e contribuição na questão das nascentes
78 que não é uma contribuição direta da AESA, é mais relacionado com a SUDEMA. É um trabalho
79 interessante, espera-se que dê certo e que se expanda para outras bacias também. O **Sr. Francisco**
80 **Carlos F. Pinheiro** disse que agora existe a Secretaria de Meio Ambiente, onde vão buscar ajuda
81 também e passou-se ao item 4. Apresentação e deliberação do Relatório de Atividades 2022 e
82 Plano de Trabalho 2023; A **Sra. Ana Cristina** primeiro apresentou o Relatório de Atividades
83 2022 com as seguintes ações proposta: 1- Participação na semana da água; 2- Manutenção das
84 redes sociais; 3- Atualizações das informações do portal; 4- Realizações de reuniões ordinárias;
85 5- Aprovação do relatório de atividades 2021; 6- Aprovação do Plano de Trabalho 2022; 7-
86 Capacitações e realizações de oficinas; 8- Realização do XI Encontro Estadual dos comitês; 9-
87 Participação nas Reuniões das Câmaras Técnicas do CERH; Aprovação do Plano de Aplicação
88 dos Recursos do FERH; 10- Inserção dos documentos no Sistema Doc-Procomitês; 11- Reunião
89 da Diretoria Colegiada; 12- Participação das reuniões do CERH; 13- Acompanhamento da
90 elaboração do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Litorâneas (Rio Gramame e Rio Abiaí);

91 14- Participação no XXIV ENCOB; 15- Acompanhamento da aplicação dos recursos da cobrança
92 pelo uso da água; 16- Acompanhamento da arrecadação da cobrança pelo uso da água; 17-
93 Acompanhamento da execução do Plano de Comunicação do Comitê; 18- Acompanhamento das
94 ações do Procomitês. Após a leitura e discussão do Relatório de Atividades 2022, passou-se ao
95 Plano de Trabalho 2023; com as seguintes ações propostas: 1-Participação na semana da água,
96 semana de meio ambiente e dia da árvore; 2 - Manutenção das redes sociais e atualizações das
97 informações do portal; 3- Realização do XII Encontro Estadual dos Comitês de Bacias
98 Hidrográficas; 4- Realização de reuniões ordinárias; 5- Visita técnica; 6- Reestruturação do
99 Portal Águas da Paraíba; 7- Participação no XXV ENCOB; 8- Inserção dos documentos no
100 sistema Doc-Procomitês; 9- Reunião da Diretoria Colegiada; 10- Aprovação do relatório 2022;
101 11- Aprovação do Plano de Trabalho 2023; 12- Participação em reuniões do CERH; 13-
102 Aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança 2024; 14- Execução do Plano de
103 Capacitação; 15- Implementação do Plano de Comunicação; 16- Revisão da deliberação sobre a
104 Cobrança pelo uso da água; 17- Acompanhamento da elaboração do Plano das Bacias Litorâneas
105 (Rio Gramame e Rio Abiaí); 18- Fornecimento de alimentação p/ reuniões e capacitações. Após
106 a leitura e análises dos membros foi aprovado o Relatório de Atividades 2022 e o Plano de
107 Trabalho 2023. Continuando passou-se ao item 6. Oficina Construção de Cenários da Elaboração
108 do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Litorâneas – Litoral Sul (Empresa Água e Solo) o Sr.
109 Meireles iniciou dizendo que as estratégias estão na base do planejamento, definem objetivos,
110 têm abrangência no todo, são de longo prazo e estão sob responsabilidade de um grupo de
111 liderança, que no caso pode ser formado pela AESA e Comitês ou apenas a AESA. As táticas
112 referem-se ao fazer, organizar os recursos, utilizam especialistas de diferentes áreas, são de curto
113 prazo e são mensuradas por entregáveis. Variáveis para Planejamento oferecem a possibilidade
114 de descrever um sistema com o auxílio de uma matriz que relaciona todos os elementos
115 constituintes desse sistema. Partindo desta descrição, o método tem por objetivo fazer emergir as
116 principais variáveis influentes e dependentes e, desse modo, as variáveis essenciais à evolução
117 do sistema. Sugestão de variáveis a serem trabalhadas: - Cadastro/outorga de usuários – até
118 dezembro de 2023, a AESA atinge 100% do cadastro de usuários de água de usos não
119 insignificantes, permitindo uma visão mais clara da utilização de água superficial e subterrânea
120 das BHLS, com tipo de fonte, de intervenção, destino da água, volumes utilizados por mês e
121 volume do retorno de efluentes 2- Rede de monitoramento – até dezembro de 2024, a AESA
122 implanta uma rede de monitoramento quali-quantitativo, suficiente para o adequado
123 monitoramento da disponibilidade hídrica e classes da água de acordo com a CONAMA
124 3257/2005; 3- Enquadramento – até dezembro de 2024 a AESA enquadra os corpos hídricos das
125 BHLS de acordo com os usos pretendidos; 4- Cobrança pelo uso da água – até dezembro de 2024
126 a AESA implanta a cobrança pelo uso da água de acordo com a classe de uso, a quantidade de
127 água e o destino da água; Qualidade da água – até dezembro de 2026 há a melhora dos parâmetros
128 de qualidade de água em no mínimo 30% em relação à pior situação encontrada entre 2016 e
129 2021; 5- Quantidade de água – até dezembro de 2026 há a garantia do fornecimento de água para
130 os usos regularmente outorgados em anos hidrológicos não caracterizados como de seca severa;
131 6- Armazenamento de água – até dezembro de 2026 a AESA implanta uma política estadual de
132 reservação de água que permita o atendimento dos usos regularmente outorgados com qualidade
133 adequada em anos hidrológicos não caracterizados como de seca severa; Universalização do
134 saneamento – até 2030, há a universalização do saneamento nos principais municípios das bacias
135 litorâneas; 7- Uso do solo – até 2026, a AESA define um zoneamento do uso do solo nas BHLS
136 sob o ponto de vista da disponibilidade de água e dos cenários de qualidade de água do

137 enquadramento, estabelecendo também as áreas de interesse de preservação dos aquíferos e as
138 áreas prioritárias para implantação de Programas de Pagamento por Serviços Ambientais; 8-
139 Segurança hídrica – até 2025, a AESA define os parâmetros de segurança hídrica para os
140 municípios das; BHLS e da RMJP, definindo as áreas prioritárias para preservação, incluindo as
141 áreas de recarga dos principais aquíferos; 9- Gestão integrada de recursos hídricos – até dezembro
142 de 2026, a AESA implanta integralmente todos os instrumentos previstos da legislação e
143 estabelece uma gestão integrada de recursos hídricos das bacias litorâneas em consonância com
144 o PMRH, o PERH, o Plano de Segurança Hídrica e a Política Nacional de Saneamento Básico.
145 O relatório da oficina trará a proposta de continuidade do planejamento das bacias litorâneas.
146 Esse resultado deverá ser apresentado e aprovado na reunião do GET e orientará as fases finais
147 dos planos. A **Sra. Ana Cristina** coordenou a identificação dos problemas, levantados pelos
148 membros, nas bacias do Litoral Sul: a qualidade de água das nascentes são feitos mensalmente
149 pela Secretaria de saúde, SUDEMA e a FUNASA mas não é divulgado, a **Sra. Ana Cristina**
150 resumiu como a falta de um relatório semestral ou anual da situação da bacia e a falta das
151 informações. O **Sr. Edilson Nunes dos Santos (representante da Prefeitura de Alhandra)**
152 perguntou se a AESA foi chamada alguma vez para verificar crime ambiental na bacia (tipo morte
153 de peixes nos rios). O **Sr. Francisco Sousa(AESA)** disse que esse tipo de problema é com a
154 SUDEMA, a AESA não faz análise de água, a competência de coletar a amostra e levar para
155 laboratório e emitir relatório é da SUDEMA, os técnicos da AESA vão ao local para ajudar,
156 registrar, e comunicar a SUDEMA e que normalmente nesses casos tem sempre a presença de
157 membros do Comitê. O **Sr. Francisco Pinheiro** disse que o grande problema da bacia é o uso
158 indiscriminado da água pelos irrigantes, que usam bomba de grande potência sem se preocupar
159 com os que ficam no percurso do rio, como é o caso do rio Mucatu, que está secando, primeiro
160 os próprios produtores retiraram as matas ciliares, depois as barragens e finalmente as bombas
161 de grandes potência sugando a água da nascente que não dá tempo para as suas reposições. Este
162 problema da Bacia do Abiaí abrange toda a parte de Caaporã e Pitimbu. A **Sra. Ana Cristina**
163 disse que dentro desse problema tem outro que é a redução da disponibilidade de água na bacia
164 o **Sr. Francisco Sousa (AESA)** disse que ao fazer o diagnóstico da área (marcação de pontos
165 para fazer a medição de vazão), percebeu que é muito pouca a água existente na Bacia e as
166 mesmas estão espalhadas em chácaras e não há canal de condução dessa água, assim como a
167 maioria dos riachos, o que gera outro problema que são os barramentos ou poços amazonas para
168 que o irrigante tenha condição de captar água. O objetivo da AESA é que dentro das nascentes
169 seja feito o diagnóstico de todos os usuários de água. No futuro, se tiver condição, far-se-á um
170 termo de alocação. O **Sr. Alfredo Nogueira (ASPLAN)** colocou Irregularidades das APP's. O
171 **Sr. Luciano Alberto (GIASA)** disse que no rio Abiaí, a Usina GIASA tem quase 20 outorgas
172 de captação de água, tanto para irrigação como para a indústria, ele percorre aquela área e sabe
173 que existem muitos pequenos produtores com todo tipo de lavoura, usam bombas, plantam até a
174 beira do rio (em áreas de APP's), e que somando esses pequenos produtores, dá uma vazão maior
175 que a da usina, sendo ela outorgada e regularizada, então para a AESA fazer um levantamento
176 hídrico do que está chegando na barragem de Gramame, ela deve ter todo esse controle de água,
177 outorga e captações existente desde as nascentes até a barragem, e se dezenas de produtores estão
178 colocando bomba à noite, a AESA não tem esse controle de vazão, ela tem do grande produtor,
179 mas não tem do pequeno produtor, então registra a deficiência de Fiscalização. O **Sr. Francisco**
180 **Sousa (AESA)** disse que esteve fiscalizando no rio Popocas, e não foi encontrado
181 irregularidades. O **Sr. Luciano** disse que segundo o **Sr. Beranger-** Diretor da AESA, vai ser
182 colocado medidor, o **Sr. Francisco Sousa da AESA** disse que a AESA tem parceria com a

183 ENERGISA para pegar o cadastro da Tarifa Verde. Quanto a questão de vazão, a medição de
184 vazão de um dia, não é a mesma do dia seguinte. A **Sra. Ana Cristina** disse que se o rio está
185 poluído é porque a outorga não está correta, o **Sr. Luciano Alberto (GIASA)** disse que nem
186 todo ponto de captação está vinculado a lançamento de afluentes, a GIASA tem na parte da
187 indústria três outorga com três bombas, puxando água do rio Gramame e não tem ponto de
188 lançamento, pois o uso dessa água é para lavagem da cana, depois usa essa água para a estação
189 de tratamento e vai para a irrigação, então a GIASA deixa de captar água limpa dos mananciais,
190 aproveita a água da cana como tratamento e manda para irrigar cana. Outro problema é a falta de
191 dados, dados insuficientes para avaliar as condições da bacia. O **Sr. Waldênio Barbosa**
192 **(representante da Alpargatas S/A)** fez uma pergunta para que todos refletissem, anualmente é
193 enviada uma análise de água para ao órgão Ambiental SUDEMA de Efluentes Industriais, será
194 que uma análise seria o suficiente. O **Sr. Francisco Sousa (AESA)** respondeu que não. Deveria
195 ser mais cobrado mais análises. O **Sr. Waldênio Barbosa** disse que os órgãos públicos deveriam
196 cobrar mais essas análises, mas uma análise completa custa em torno de cinco mil reais. A **Sra.**
197 **Ana Cristina** resumiu numa condicionante exigir o envio dessa análise da água, mensalmente
198 quando da renovação da outorga. A **Sra. Maria Edelcides** disse que a vazão normalmente é
199 crescente e com o tempo vão reduzindo, seja pelas degradações das nascentes ou por lançamento
200 de efluentes e a demanda tende a crescer. O **Sr. Ivanildo Santana** (Escola Viva Olho do Tempo)-
201 a primeira ideia colocada foi a degradação de nascentes, existe educação ambiental na bacia, mas
202 é pouco difundida, desmatamento de APP's, dificuldade de acessar o recurso do FERH, e
203 poluição por agrotóxico de metais pesado (informação dada pela UFPB em estudo em 2007
204 através de um TAC com as empresas poluidora). Em 2015/2016 foi feito outro TAC, mas não
205 tivemos acesso ao resultado final do Estudo de 2016. O **Sr. Alfredo Nogueira (ASPLAN)** disse
206 que a ASPLAN tem esse resultado. A **Sra. Ana Cristina** perguntou qual os
207 problemas/dificuldades enfrentados pelas comunidades tradicionais da bacia (os quilombolas).
208 O **Sr. Ivanildo Santana (Escola Viva Olho do Tempo)** disse que um dos problemas é a perda
209 da capacidade de pesca. Antes do distrito industrial, existia a pesca de camarão, caranguejo e
210 peixe, depois do distrito industrial, com a degradação do rio não existe mais essa cultura.
211 Também lembrou que haviam comemorações sobre essa pesca. O **Sr. José Marinho**
212 **(representante da SEDAP)** colocou o uso não outorgado da água e falta de consciência
213 ambiental. O **Sr. Alfredo Nogueira (ASPLAN)** colocou o problema das APP's - disse que tinha
214 um fornecedor da ASPLAN, que tem uma propriedade na margem do Gramame e foi invadida.
215 Essa área era arrendada a Usina GIASA, que foi comprada por uns franceses, na época, quando
216 foram ver a área arrendada, viram que não tinha a reserva da APP (estava invadida), foram na
217 SUDEMA e a mesma orientou que precisavam recuar 50 metros, eles recuaram 100 metros,
218 dentro de três meses essa área recuada foi invadida inclusive um policial, lotearam e venderam a
219 R\$ 5.000,00 cada lote, isso na época desse estudo 2016 e o estudo revelou que não foram os
220 produtores de cana fornecedores da Usina que estava poluindo e sim aqueles invasores que existia
221 naquela região que plantavam lavoura de qualquer forma e quando saiu esse resultado do estudo
222 o Ministério Público engavetou, acabou a história, ninguém mais falou nada, nem disse quem era
223 o poluidor, a ASPLAN tem esse resultado, porque foi a financiadora desse estudo. O pequeno
224 produtor polui por falta de informação e a Educação Ambiental é de fundamental importância
225 junto a essa população da agricultura familiar. A **Sra. Ana Cristina** registrou nessa discussão
226 problemas com o órgão ambiental SUDEMA e irrigação com uso controlado de agrotóxicos, em
227 relação a isso estudos de metais pesados e outros tipos que não são comuns, essa medição precisa
228 ser de forma mais periódica. O **Sr. Otoniel Pedrosa de Alencar (representante da CAGEPA)**

229 disse que a CAGEPA faz análise de água bruta e que pode dar essa resposta depois. A **Sra.**
 230 **Ana Cristina** disse que a AESA realiza a execução de instrumentos de gestão Recursos Hídricos,
 231 enquanto isso não ocorre em alguns dos outros estados do País. Entretanto, outros Estados
 232 possuem a execução de projetos na Bacia em parceria com a ANA, no ENCOB foram
 233 apresentados vários casos de recuperação de bacias, enquanto se tem menos parcerias na Paraíba
 234 para execução de projetos, e colocou a importância do estabelecimento de parcerias com a
 235 sociedade civil organizada e outros setores (UFPB, ASPLAN, usuários, prefeituras), o problema
 236 da falta de lançamento de editais para a execução do fundo estadual de recursos hídricos; poucas
 237 parcerias com a ANA para execução de projetos na Bacia; e a execução insuficiente de
 238 instrumentos de gestão. Numa discussão geral sobre a causa de muitos desses problemas, foi
 239 identificado que a falta da implementação plena da política nacional/estadual de recursos
 240 hídricos, respeitando seu sistema de governança, ainda é uma lacuna na gestão de recursos
 241 hídricos na Bacia. Toda essa discussão deu origem a um painel de problemas levantados pelos
 242 membros na Bacia do Litoral Sul, que foi fotografado e servirá para ajudar na construção do
 243 cenário do novo Plano das Bacias Litorâneas da Paraíba. Nada mais havendo a tratar Sra. Maria
 244 Edelcides Gondim de Vasconcelos agradeceu a participação e encerrou a reunião. Eu Ana
 245 Cristina Sousa e Silva, 1ª secretária geral, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será
 246 anexada a lista dos presentes.



Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba - CBH-LS

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: 1ª Reunião Extraordinária do CBH-LS do ano 2023

Data: 08/03/2023

Local: Aruanã Pousada (Auditório Caspali) / Conde-PB

Nº	Título/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
Poder Público Federal						
1	T	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	Lyndon Johnson			Jão Pessoa
	S	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	Rudimar José da Paz			Jão Pessoa
Poder Público Estadual						
1	T	Agência Executiva de Gestão das Águas - AESA	Joscy Mendes Hilário			Jão Pessoa
2	T	Secretaria de Estado de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente	Flávia Dias Salsgana			Jão Pessoa
	S	Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca - SEDAP	José Henrique de Lima			Jão Pessoa
Poder Público Municipal						
1	T	Prefeitura Municipal de Conde	Paulo Ricardo Camarão de Lima			Conde

1	S	Prefeitura Municipal de Conde				
2	T	Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo				Pedras de Fogo
	S	Prefeitura Municipal de Afanador	Edelson Nunes dos Santos	<i>Edelson Nunes dos Santos</i>	<i>PAEFRI@GMAIL.COM</i>	Afanador
3	T	Prefeitura Municipal de Pitebas	<i>PARALISA CARLOS FIDELIS PI 442520</i>	<i>Paralisa</i>	<i>PARALISA@GMAIL.COM</i>	Pitebas
	S	Prefeitura Municipal de Caaporá	Alfredo Manoel do Espírito Santo Neto			Caaporá
4	T	Prefeitura Municipal de Santa Rita	Naércio Barbosa Macêdo			Santa Rita
	S	Prefeitura Municipal de João Pessoa	Welson Araújo Silveira			João Pessoa

Unidades de Água

Nº	Títular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Agro Industrial Tabo S.A.	Wilton Flávia de Lira Miranda			Caaporá
3	T	Alpargatas S/A	Walcirio Barbosa de Silva	<i>Walcirio</i>	<i>walcirio@alpargatas.com.br</i>	Santa Rita
	S	Alpargatas S/A	Daniel Soares Gomes de Lira			Santa Rita
3	T	Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPAGA	Rodrigo Siqueira Mendes da Paz			João Pessoa
	S	Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPAGA	Alisson José da Silva			João Pessoa
4	T	Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CADEPA	Osvaldo Pedreira de Almeida	<i>Osvaldo P de Almeida</i>	<i>osvaldo@cadepa.pb.gov.br</i>	João Pessoa
5	T	Companhia de Cimento da Paraíba - CCP	Claudia Emaculada Dantas de Sousa			Pitebas
	S	Companhia de Cimento da Paraíba - CCP	Cláudio Assis de Fátima	<i>Cláudio</i>		Pitebas
6	T	Colceminas S.A.	Julio Saraiva Torres Filho	<i>JTT</i>		João Pessoa
	S	Colceminas S.A.	Talles Inesawa Neves			João Pessoa

248
249

7	T	Elizabeth Percelesano Lúte	Silvane Emmanuelle Soares Barbosa Fernandes			João Pessoa
	S	Elizabeth Percelesano Lúte	Helka Hayara Rodrigues Chaves			João Pessoa
8	T	Jafson Galvão de Silva	o mesmo			Caaporá
9	T	LafargeHolcim Brasil S.A.	Dargival Ferreira da Silva Neto			Caaporá
	S	LafargeHolcim Brasil S.A.				Caaporá
10	T	Unisa Glass Ltda	Luciano Alberto Lima Filho	<i>Luciano</i>	<i>luciano@unisa.com.br</i>	Pedras de Fogo

Sociedade Civil

Nº	Títular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Associação de Plantadores de Cereja da Paraíba - APLCAN	Alfredo Magalhães de Silva Neto	<i>Alfredo</i>	<i>alfredom@aplcan.com.br</i>	João Pessoa
2	T	Associação Cereja Orgânica	Breno Archado de Mattos Azevedo			Conde
	S	Instituto ECCUS-ECCUS	Kary de França Albuquerque	<i>Kary</i>		João Pessoa
3	T	Congregação Religiosa de Paraíba - Escola São Vivo do Tempo	Isabelle Santana Duarte	<i>Isabelle</i>	<i>isabelle@escolavivodotempo.com.br</i>	João Pessoa
4	T	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA	Alexandre Luiz de Lira			João Pessoa
5	T	Federação de Agricultura e Pecuária da Paraíba - FAZPA	Domíngos de Lira Filho			João Pessoa
6	T	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB	Maria Edicléide Gondim de Vasconcelos	<i>Maria</i>	<i>edicleide@ifpb.edu.br</i>	João Pessoa
7	T	Sindicato dos Produtores Rurais de Caaporá	Décio Martins dos Santos			Caaporá
	S	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caaporá	Givan de França Cavalcante			Caaporá
8	T	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Ana Cristina Soares de Silva	<i>A.C.S.</i>	<i>ana.cristina@ufpb.edu.br</i>	João Pessoa

250

Maria Celso da Nobrega

Esther ¹² E. de Albuquerque

Dr. Betânia Silva dos Santos

Myriam Lopes de Sá

Silene Amador dos Santos

Gabriel André da Silva Sousa

Marcelo de S. Vingelino

Luciano Ivo de Jesus Gomes Gomes Água + solo

Francoise Meirelles Água + solo

BERNARDO ZACOURCO Água + solo

PEDRO HERRIAND OCTAVIO (11) 99654 1991 CAETANO.PHCF@GMAIL.COM